

CONTORNOS EDUCACIONAIS NO NOVO SÉCULO

Georges José Pinto

Mestrando em Geografia/ UFU

georgesjose@aol.com

Abstract - The teaching of Geography in XXI Century is the aim of this article. It also analyses the education contours in the new century, the education action in Brazil and in the “information world” and it tries to answer the question: what is to be a teacher in these days, with so many challenges?

Key-words: Education, Geography, Information World

INTRODUÇÃO

Como ponto de partida deste trabalho lembremos, de forma breve e sucinta, alguns acontecimentos que marcaram e modificaram o mundo no período do pós-guerra, a Segunda metade do século XX:

O mundo capitalista se fortalece, expandindo seus domínios e áreas de influência; as grandes empresas multinacionais extrapolam todas as fronteiras; a sociedade testemunha o desenvolvimento e as inovações da tecnologia que, na busca do aumento da produtividade, seja na agricultura ou na indústria, sofisticam-se cada vez mais; o computador torna-se parte integrante da vida de milhões de pessoas enquanto assusta e causa pânico a outros milhões de indivíduos; a economia se internacionaliza e se globaliza.

No Brasil, como na maior parte dos outros países do mundo, esses acontecimentos atingem de forma bem intensa não só a economia, mas também as áreas cultural, social e educacional. Com a reorganização da sociedade produtiva, através da chegada das empresas multinacionais, o país de urbaniza de forma rápida e intensa, consolida um importante parque industrial, principalmente na Região Sudeste, que passa a necessitar de mão-de-obra com um nível mínimo de qualificação.

O país assiste a queda do regime militar e vivencia, ainda nos dias atuais, a reconstrução da sua democracia. O neoliberalismo, em voga no mundo capitalista, imprime nova face à sociedade brasileira: nova Constituição, novas leis, muitas mudanças, inclusive na área da educação.

A promulgação, em dezembro de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), é o marco inicial dessas mudanças que, na busca de garantir o acesso de todas as crianças à educação básica, traz novos contornos ao cenário educacional brasileiro.

O presente trabalho objetiva delinear tais contornos bem como questionar qual é o papel do professor hoje, em meio a tantos desafios e, ainda, refletir sobre o ensino da Geografia neste novo século.

CONTORNOS EDUCACIONAIS NO NOVO SÉCULO

A Ação Educativa no “Mundo da Informação”

Diante de todas as mudanças vivenciadas nos últimos anos, a função educativa também sofreu alterações. As novas dinâmicas da economia globalizada e da sociedade mundial exigem que o homem continue sendo e, passe a ser cada vez mais, um ser que pense e que atue. Não há mais um lugar ao sol para aquele que assiste, de forma passiva, o transcorrer dos fatos e acontecimentos, como se não fosse parte integrante da sociedade. Assim, como descreve MARCOVITCH (2000: 342), o papel da educação “*consiste em fazer de cada aluno um verdadeiro agente de mudanças*” e, ainda, que “*um dos mais nobres desafios da educação é o de*

arquitetar novas mentalidades” (Ibidem. p.342).

Mas, como educar em mundo que “gira” cada vez mais rápido, em que as mudanças e inovações tecnológicas ocorrem a cada instante? A educação deve pois inserir-se e adequar-se ao novo “mundo da informação”, buscando fazer o melhor uso possível de todas essas informações. Quando se fala em “mundo da informação” devemos visualizá-lo dentro de um sistema que inclui jornais, revistas, rádio, televisão, computadores, Internet. São milhares de informações lançadas ao ar a cada minuto, fazendo com que seja necessário filtrar todas essas informações para separar a cultura útil (o conhecimento) da cultura inútil. Torna-se necessário então usar uma arma infalível: o pensamento, que é o instrumento que torna o homem diferente das demais espécies animais, sendo assim o mais precioso dentre os seus bens e dons. O pensamento nos dá a capacidade de analisar e revisar todo esse conhecimento que nos é transmitido pelos meios de informação. Compete pois à educação satisfazer as necessidades presentes dos alunos atuais, ou seja, ensiná-los a fazer uso do pensamento para filtrar todas essas informações. Deste modo, MARCOVITCH (2000:344) explica que:

“Não basta ao jovem aluno ... acompanhar os eventos divulgados pela mídia e pela Internet. É preciso interpretá-los adequadamente. É preciso buscá-los nos livros e na

discussão o que a imprensa diária não oferece em sua obsessão expositiva. O tempo em que vivemos é pródigo em informação, mas isso não quer dizer que seja pródigo em boa informação.”

Compete à educação uma dupla tarefa: formar e informar os indivíduos. Essa é uma missão árdua, pois corre-se constantemente o risco e não educar bem e é muito perigoso não educar bem, como já relatava Comenius no século XVII:

“É uma coisa sumamente perigosa não embeber o homem, logo desde os primeiros anos, dos preceitos salutares à vida... porque a alma humana, ... de modo algum pode estar quieta, também não pode abster-se, se não já está ocupada em coisas úteis, de se ocupar em coisas vãs de toda espécie e até também em coisas prejudiciais, que depois é impossível ou muito difícil desaprender.” (COMENIUS, apud WEBER, 2000: 159)

Em um “mundo da informação” onde há uma indústria cultural que, agindo com finalidades meramente consumistas, estandardiza gostos e homogeneiza mentes, dando vazão a uma massificação cultural que “fragmenta a subjetividade humana para nela introjetar uma objetividade ideológica que retroalimente a própria estrutura dominante” (FABIANO, 2000: 161) e que, de acordo com o pensamento de COHN (apud FABIANO, 2000:162) tolhe a consciência e impede a formação de indivíduos autônomos, capazes de julgar e de decidir, cabe à educação resgatar o

propósito Iluminista de ‘*livrar os homens do medo e de fazer deles senhores*’ (HORKHEIMER, M. e ADORNO, T.W., apud WEBER, 2000:149), e realizar o ideal de “*uma humanidade sem status e sem exploração*” (WEBER, 2000:154).

Isso não quer dizer que todo esse progresso, todas essas inovações tecnológicas vieram para causar a destruição da cultura e da educação e tampouco que toda essa gama de informações aí está para descaracterizar o conhecimento e fazer desmoronar a escola, enquanto instituição. Todos esses acontecimentos são o reflexo da superposição das eras e do tempo. É o futuro que se torna presente e o presente que se torna passado. Afinal, “*o futuro não é o aniquilamento do passado, mas a sua superação*” (GADOTTI, 2000:303). Contudo, é preciso que a instituição escola tenha definido, de forma clara e precisa, que “*sendo um centro crítico e questionador por natureza, jamais seja uma usuária incondicional das oportunidades criadas pela tecnologia*” (MARCOVITCH, 2000: 343), pois mesmo em um mundo informatizado, em que a Internet suplantou todas as fronteiras e dizimou todas as distâncias, o livro ainda “*é a melhor arma contra a ignorância*” (Ibidem, p.343). E, nesse contexto, a educação tem um papel cada vez mais importante, pois a ela compete aniquilar a mentalidade massificada e possibilitar ao sujeito voltar a

ser sujeito. Cabe a ela educar o sujeito na construção da sua subjetividade e da sua autonomia. Não há mais espaço, na sociedade atual, para impressões e opiniões simplórias do tipo gostei/não gostei, não há mais espaço para a existência e sobrevivência de cidadãos ingênuos.

Este é o objetivo da indústria cultural que, agindo como instrumento estereotipante e descaracterizador da identidade dos indivíduos, pode povoar o mundo com cidadãos ingênuos, que preferam mensagens simples e repetitivas, que não exigem esforços para o seu entendimento. Objetiva um mundo que seja regido por uma concepção segundo a qual o *“crer seja muito mais cômodo que elaborar e reelaborar conceitos”* (WEBER, 2000:163). E, de acordo com o pensamento de WEBER (2000:167), passa a se constituir neste o grande desafio da ação educativa hoje: *“acionar processos educativos que desmistifiquem a aculturação”*. A educação deve resgatar a condição humana, de ser pensante, que ao deparar-se com uma determinada informação seja capaz de se auto-introjetar, contemplando a si mesmo, analisando a si mesmo para depois alçar um voo mais alto, uma análise global, geral e universal. E, assim fazendo, que seja capaz de suplantar essa massificação cultural, podendo distinguir o real conhecimento da cultura inútil, das coisas vãs. E, acima de tudo, que a educação deve formar cidadãos

livres, autônomos, críticos, capazes de tomar suas próprias decisões. Para isso a educação deve, antes de mais nada, resgatar o *“princípio de que todos, desde crianças, temos um direito fundamental, que é o de sonhar, de fazer projetos, de inventar, todos temos o direito de decidir sobre nosso destino”* (GADOTTI, 2000:302) e fazer brotar esse princípio na mente de cada aluno. Afinal, a educação é a fonte maior do conhecimento e este *“é o grande capital da humanidade”* e *“ele é básico para a sobrevivência de todos”* (Ibidem, p.303).

A Ação Educativa no Brasil

A década de 1990 é, no Brasil, um tempo - espaço de diversas reformas educativas. Com o objetivo de implantar um novo perfil ao sistema educacional brasileiro, o governo federal implementou um verdadeiro “pacote” de ações e medidas constituído pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), pelas avaliações do ensino como o Exame Nacional de Cursos (Provão) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pelos Planos Nacionais de Avaliação dos Livros Didáticos (PNLDs) e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Ao analisarmos esse conjunto de ações e medidas podemos destacar alguns pontos positivos, como a avaliação do ensino em

seus diferentes níveis e a avaliação dos livros didáticos distribuídos aos alunos do Ensino Fundamental. Outro ponto positivo é que, segundo dados do IBGE (1999), 95% das crianças entre sete e quatorze anos de idade estavam matriculados em escolas do Ensino Fundamental. Esse índice é considerado excelente, pois se aproxima muito dos índices registrados nos países desenvolvidos. Além disso, aumentou o número de alunos matriculados no Ensino Médio e no Ensino Superior. Já podemos, inclusive, ousar dizer que, no Brasil, a escolarização já é quase universal!

Contudo, muito ainda precisa ser feito para que se possa garantir um ensino de qualidade a todos. Ainda não se conseguiu implantar um currículo nacional básico, uma remuneração salarial digna para os professores, verbas públicas suficientes para a educação. o Plano Nacional de Educação, que fora previsto na Constituição de 1988, somente foi implantado em 09 de janeiro de 2001, através da Lei número 10.172. Enfim, como sintetiza GADOTTI (2000:291): *“ampliamos o acesso à educação básica mas não conseguimos o mesmo sucesso em relação à qualidade de ensino”*.

Esse pacote de propostas que estão em curso ainda nos revela um outro traço essencial que SPÓSITO (1999:21) denominou de “descentralização centralizada”. Segundo a autora (SPÓSITO, loc.cit.) *“o governo federal pensa que cabe a ele oferecer as*

diretrizes e aos outros cumpri-las”, contrariando o que está disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece, de forma clara, as competências da União, dos Estados e dos Municípios.

Essa é a grande crítica feita aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) e que têm como proposta aproximar o ensino da vida cotidiana mas, que foram impostos sem uma prévia discussão por parte dos educadores, em âmbito nacional. Assim, conclui SPÓSITO (op. cit. p.22) que *“o governo, pela pressa de promover mudanças ou porque considera suas propostas as melhores, sem sombra de dúvida, tem deixado pouco espaço para debatê-los”*.

Ainda com relação a essa política de “descentralização centralizada” devemos observar que, em função da maior inserção do Brasil no contexto sócioeconômico cada vez mais globalizado, que se traduz em uma competitividade em escala mundial, vivenciamos em nossa sociedade uma realidade de aumento do desemprego e, por conseqüência do subemprego, o aumento de uma necessidade cada vez maior de acesso a uma educação de qualidade e, principalmente, a ampliação das diferenças regionais. E justamente essa ampliação das diferenças regionais, não apenas na escala das cinco grandes regiões, mas as diferenças

existentes entre os estados e entre os municípios, que coloca em cheque essa política. Torna-se uma tarefa muito difícil e até mesmo inviável, estabelecer normas e diretrizes nacionais para a ação educativa diante da enorme gama de particularidades e singularidades regionais. Talvez o melhor caminho, mediante o estabelecimento de princípios e objetivos básicos nacionais, uma descentralização verdadeiramente descentralizada.

Construindo um Ensino de Qualidade

GADOTTI (2000:295) nos diz que:

“A qualidade do ensino está diretamente relacionada com o projeto de sociedade que queremos construir e os projetos das próprias escolas, que são muito mais eficazes na conquista dessa qualidade do que projetos anônimos e distantes do seu dia-a-dia.”

Tal citação nos remete a um processo de reflexão sobre a atual realidade da educação brasileira no que diz respeito à autonomia da escola; à gestão democrática e, por conseguinte do papel do diretor e do Colegiado; à avaliação, de forma continuada, do desempenho escolar. Sobre esse assunto, Paulo Freire (apud GADOTTI, 2000:290-291) foi quem melhor definiu esse novo momento vivido pela escola, quando disse que:

“A Escola é coerente com a liberdade. É coerente com o seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser

ela mesma, luta para que os educandos – educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, ..., é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia.”

As palavras de Paulo Freire nos levam a concluir que a Escola não deve e não pode ser vista apenas como um prédio, como um conjunto de salas recheadas de carteiras, e sim como um espaço maior, como uma comunidade. E, assim, cada escola deve ter a autonomia de escolher e construir seu próprio projeto político-pedagógico, pois só a escola conhece de perto a comunidade em que se encontra inserida, bem como as suas peculiaridades. Afinal, a escola é uma importante via de comunicação com a população que se acha localizada em seu entorno, conhecendo as suas reais necessidades. A escola deve ser autônoma também para optar entre o regime de ciclos e o de seriação. Enfim, deve trabalhar em conjunto com o governo e não de forma submissa a ele.

Depois de décadas de permanência e subjugação a um regime de governo ditatorial, o país vem reconstruindo, nos últimos vinte anos, a sua democracia. Mas essa reconstrução da democracia não pode se restringir ao campo da política, ele deve agir de forma uniforme sobre toda a sociedade, no âmbito da cidadania, da participação e organização popular, da gestão democrática da educação. A

educação não pode ser vista como um fator isolado, mas como um movimento que tem o poder de atingir grande parte da população e, conforme GADOTTI (2000:289) a reconstrução da democracia na escola deve ser caracterizada pela “*democratização da educação em termos de acesso e permanência, pela participação na gestão e na escolha democrática dos dirigentes educacionais*” e assim, estará contribuindo de forma direta com a própria democratização do Estado. A escolha democrática dos dirigentes escolares e a gestão das escolas já é uma realidade nas escolas da rede estadual mineira e também em alguns municípios do Estado.

A forma de escolha do diretor da escola é muito importante. Ao ser nomeado por alguma autoridade política o diretor tem um compromisso com essa autoridade mas, ao ser eleito de forma direta, o diretor tem um compromisso com aqueles que o elegeram, ou seja, a comunidade escolar. E, como liderança maior da escola, o diretor tem um papel essencial na construção e no acompanhamento do projeto político-pedagógico. O diretor é o responsável pela escola como um corpo, não apenas pelo prédio a ser mantido e pelos recursos financeiros a serem aplicados, mas pela instituição que é a escola. O Colegiado é outra grande conquista pois, através dele, todos os segmentos da comunidade escolar - direção, professores, funcionários, pais e

alunos - participam de forma direta da tomada de decisões, sejam elas de caráter financeiro, administrativo ou pedagógico. Assim se constitui uma verdadeira gestão democrática na escola.

E qual deve ser a participação do governo nesse processo? Compete ao governo elaborar de modo conjunto com as escolas as suas políticas educacionais e, ainda, conforme GADOTTI (2000:293):

“o Poder Público deve garantir sua manutenção, entregando mais recursos diretamente à escola para que ela, através de sua direção, democraticamente eleita, assessorada por um colegiado representativo da comunidade escolar, elabore, execute e implemente, com autonomia, seu projeto político-pedagógico.”

A escola deve também, de forma permanente e continuada, avaliar o seu desempenho. Avaliar a aprendizagem dos alunos, avaliar o desempenho profissional de seus professores e funcionários, não como uma forma de classificá-los ou rotulá-los em bons ou ruins, mas como uma forma de identificar pontos positivos, a serem conservados, e pontos negativos, a serem corrigidos. É uma maneira de garantir a construção da qualidade do ensino.

Nesse contexto cabe-nos dizer que podemos, sim, mudar a escola pública, fazer dela uma instituição competente e participativa, pois ela tem um papel essencial dentro da sociedade brasileira, visto que “*a escola*

pública é a escola da maioria, das periferias, dos cidadãos que só podem contar com ela” (GADOTTI, 2000:305). Agindo assim, certamente faremos com que a educação seja menos excludente, seja mais democrática e, como diz DOWBOR (1998:259), a escola deixará de ser “*lecionadora*” para ser “*gestora do conhecimento*” e, com certeza, “*pela primeira vez a educação tem a possibilidade de ser determinante sobre o desenvolvimento*”. Devemos, pois, fazer desta escola a nossa realidade e não apenas mais uma utopia, mais um sonho a ser disseminado por todos mas sem aplicação prática.

O QUE É SER PROFESSOR HOJE, COM TANTOS DESAFIOS?

Já tecemos algumas considerações sobre a nova ordem mundial, com uma economia globalizada, que eleva a competitividade a uma escala global, requerendo uma mão-de-obra cada vez mais qualificada. Também comentamos sobre a indústria da informação que, através de jornais, revistas, rádio, televisão e Internet colocam à nossa disposição um número incalculável de conhecimento, útil e inútil.

Devemos ressaltar também que o tradicional vem experimentando, de forma bem intensa, um momento de crise. As instituições financeiras sofrem com o vai e vem do câmbio, das taxas de juros, com déficit na

balança comercial, com a instabilidade das economias chamadas emergentes que, mesmo estando localizadas mundo afora (Sudeste Asiático, Rússia, México, Turquia, Argentina) acabam por se refletir no Brasil, criando a expectativa que Ele seja a próxima vítima. O governo que, envolto em escândalos, sejam eles na esfera do Judiciário, no Legislativo ou no Executivo, vê sua credibilidade cada vez mais abalada e o povo cada vez mais descrente. A melhor condição financeira, família que, na busca por uma alterou sua característica tradicional, em que o pai trabalhava fora e a mãe ficava em casa, sendo a responsável pela educação dos filhos. Hoje, marido e esposa (quando a família é assim constituída) trabalham fora, lutando por uma sobrevivência digna.

Como resultado disso tudo percebemos que a escola não é mais o local de transmissão de conhecimentos, onde se aprende a ler e a escrever. A escola assumiu novas funções: é responsável pela educação das crianças, pela formação de valores morais, pela formação da cidadania, pelo esclarecimento sobre sexo, drogas, segurança, violência, política, economia, dentre outros. E, nesse novo contexto educacional, algumas questões carecem da nossa atenção e reflexão: o que é ser professor hoje, com tantos desafios? Como ensino quando ensino nestes tempos pós-modernos? Ou o ensino não muda? Convém que repensemos profundamente

essas questões visto que a educação é a mola mestra das mudanças sociais.

Breve Contexto Histórico

A educação foi vista, ao longo dos tempos, sob diversos olhares, pontos de vista, com diversas funções, dogmas e paradigmas. Em um primeiro momento, o conhecimento era visto como sendo “ahistórico”, imutável, em que bastava receber o que já estava pronto, ou seja, o conhecimento acabado. Ao professor cabia apenas transmitir o que ele já havia recebido. Nestes termos, aprender era memorizar, ensinar era repetir, o professor era, então, fundamental. Mas, onde ficavam os por quês e os para quês? Não havia espaço para eles.

Em um segundo momento, concluiu-se que o homem transforma a natureza e não apenas a admira, ou seja, ele está dotado de faculdades mentais que o possibilitam transformar a natureza. A máxima é “cogito, ergo sum” (penso, logo existo). Deste modo, a educação substituiu o agora arcaico didatismo, em que o ensinar era apenas repetir. Um certo “magistrocentrismo” (o professor como detentor único do conhecimento e centro das atenções) cede lugar ao aluno que aprende pela técnica, o professor passa a ser um facilitador do saber. O bom professor, nestes termos, é aquele que sabe aplicar o que é de sua área de saber. Como consequência desta linha de pensamento vimos um maior incentivo ao isolamento entre os professores, uma maior compartimentalização do saber, em que cada

professor tem a sua “gaveta”, a gaveta da Geografia, da História, da Matemática e assim por diante e só se interessa pela sua gaveta. Sobre isso RATTNER (2000:355) diz que o avanço das ciências nos últimos séculos produziu um tremendo paradoxo:

“o processo intelectual e científico, enquanto tendia a reduzir constantemente as barreiras estabelecidas pelas disciplinas fragmentadas, tem resultado em especialização e fragmentação maiores na academia.”

E MORIN (1999:10) complementa que:

“Existe uma inadequação cada vez maior, profunda e grave entre os nossos conhecimentos disjuntos, partidos, compartimentados entre disciplinas, e, de outra parte, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários, enfim. Nessa situação, tornam-se invisíveis os conjuntos complexos, as inter-relações e retroações entre as partes e o todo, as entidades multidimensionais, os problemas essenciais.”

Surge então uma despreocupação com o coletivo.

Já num terceiro momento, o homem passa a ser constituído como um ser social e político e isso ocorre através da comunicação, do uso da linguagem, das relações entre ele e seus pares. Por isso, o conhecimento decorre justamente das relações entre os sujeitos, relações essas que se dão na vida cotidiana. O conhecimento vai surgir de uma realização desses sujeitos e

de suas relações uns com os outros. Assim, a educação se dá pela troca argumentativa, reflexiva, interativa, dialógica. Conforme MARCOVITCH (2000:347): *“a educação tende a ser cada vez mais um processo dialógico. O diálogo não exclui a indispensável tensão motivadora. Ela, principalmente ela, pode levar o professor a transmitir o saber com mais empenho e o estudante a buscá-lo com mais interesse”*. Essa nova linha de pensamento tende a valorizar a busca continuada pelo saber e o processo de formação de professores é contínuo e se dá num vai e vem. E o saber do professor deve ser socialmente situado, pois não adianta apenas o domínio do conteúdo da sua gaveta, ele precisa conhecer a realidade e o cotidiano do seu aluno.

O Ser Professor

Passemos à análise mais específica do professor. Tempos atrás ser professor era considerado uma profissão nobre, motivo de admiração e respeito por parte das outras pessoas. Hoje, é uma profissão pouco valorizada, considerada até mesmo pouco elegante. Os professores já não se sentem autônomos, profissionais liberais mas proletários. Isso ocorre porque são assalariados, são submetidos a processos previamente estabelecidos por outrem (subentende-se governo), não definem o que nem como ensinar. Mas há maneiras de reduzir esse mal-estar dos professores, através de atitudes como: o reconhecimento das reais

condições de trabalho (carência de meios humanos, técnicos, materiais) e sua adequação; realização de cursos de formação permanente e continuada; elaboração de projetos coletivos que propiciem a comunicação entre todas as áreas, no desenvolvimento de projetos interdisciplinares que envolvam toda a comunidade escolar; da organização de classes, como a criação de conselhos federal e regionais (como ocorre com os conselhos de medicina, contabilidade e outros), com a elaboração de um código de ética profissional, que possam garantir de forma efetiva a sua representatividade, a defesa de seus interesses e a qualidade de seu trabalho. Todo esse processo de reelaboração crítica de seu papel, de revalorização da profissão, de resgate da auto-estima, pode-se traduzir em uma melhor qualidade de ensino.

Mas para ser professor, o que é preciso saber? Se fizéssemos esse questionamento aos professores, certamente obteríamos respostas do tipo: basta ter experiência, ter dom e talento, conhecer o conteúdo, usar o bom senso, seguir a sua intuição. Mas não é tão simples assim. Para ser professor é necessário muito mais. Não basta ter experiência, afinal a experiência do professor já é recompensada com uma excessiva valorização, pois cabe ao professor mais experiente as melhores turmas, os melhores horários. Mas e a qualidade? A um professor que possui quinze anos de experiência mas que, depois da graduação não se especializou mais, não participa de cursos

de qualificação, será que essa experiência basta? Não estaria ele caindo em uma situação de desqualificação profissional? Como diz MARCOVITCH (2000:349):

“O professor tem de estar continuamente ligado à evolução do conhecimento em sua área de especialidade e ao mesmo tempo atualizar-se com a dinâmica do mundo externo. Na condição de cidadão ele já tem esse dever, mas como professor obriga-se ainda mais”.

Não basta ter o dom e talento. O dom e o talento são elementos que levaremos conosco para o túmulo, se os utilizarmos ou não. Ter dom e talento é muito útil e necessário mas não é o bastante. Tão importante quanto saber dar aulas é saber viver na escola. É preciso saber trabalhar em conjunto, afinal a escola é um todo, é preciso saber trabalhar com a interdisciplinaridade. É preciso, de acordo com o pensamento de MORIN (1999:71), romper a resistência das estruturas, pois cada um tende a confirmar o seu território. É preciso educar os educadores, trabalhar os espíritos. Não basta conhecer o conteúdo, a tarefa educativa é muito mais complexa. Sobre esse assunto MARCOVITCH (2000:349) esclarece que:

“Não basta ao docente demonstrar conhecimento dos fatos. Isso também o aluno, via meios de comunicação de massa, obtém. O que ele espera do seu professor é que este lhe dê a interpretação desses fatos [...] Ele espera do seu mestre uma análise qualitativa, fundamentada na razão e na consciência. Uma análise que surpreenda e que sirva como

disciplina de raciocínio e de escolha de valores, utilizável em outras situações”.

Não basta usar o bom senso. Crer que ter a faculdade de apreciar e de julgar é o suficiente, o conduzirá a crer que é o único correto e que é inquestionável. E essa não é a realidade. GADOTTI (2000:301) afirma que *“o professor já não é o que sabe e o aluno o que aprende. Ambos, em sessões de trabalho, aprendem e ensinam com o que juntos descobrem”* e MARCOVITCH (2000:349) complementa que:

“O professor tem de perder rapidamente o senso de superioridade. Ele, no máximo, sabe tanto quanto seus pares e até mesmo quanto seus alunos. Isso não quer dizer que sabe menos, ou que sabe a mesma coisa. É que, se ele sabe mais sobre um determinado tema, o aluno sabe mais sobre outro. E se ele conseguir transformar a sala de aula num ambiente de aprendizagem coletiva, em vez de um ambiente unidirecional de transferência de conhecimento, conseguirá manter o aluno mais sintonizado”.

Não basta seguir a sua intuição. Não devemos nunca abrir mão da nossa capacidade de raciocinar, de fazer pensar. MARCOVITCH (2000:349) sintetiza que:

“O aluno vai querer ver em seu professor não só o depositário de informação atualizada mas um indivíduo que tem a capacidade de analisar e relacionar variáveis e fatos, de forma superior àquela que ele, aluno, consegue fazer. Cabe ao professor oferecer metodologias úteis no raciocínio disciplinado,

sustentadas em valores que façam florescer a consciência e a intuição criativa do aluno”.

É preciso refletir sobre o próprio labor, o professor deve sempre desconfiar da sua aula. Ensinar e aprender exige disciplina e reflexão rigorosas. O professor deve trazer sempre consigo e, principalmente, fazer o uso constante de quatro verbos: interagir, inovar, questionar, refletir.

Foi-se o tempo em que o professor era visto como um feiticeiro, um ser supremo, que não pode cometer erros. Hoje é necessário questionar e refletir sempre sobre a sua atuação, o seu desempenho, os seus erros e acertos. Todo mundo quer contar o que faz de bom mas, ninguém gosta de compartilhar o que não dá certo. Contudo, para que haja um crescimento coletivo é necessário compartilhar tudo, pois através dessa interação aprende-se sempre. E, também, dessa interação surgem novas idéias, alternativas, propostas, inovações.

O Novo Professor no Mundo da Informação

A tecnologia pode servir muito à sociedade e, de forma específica à educação. O uso das novas tecnologias de informação, como a Internet, pode ser de grande valia para os alunos, auxiliando-os em suas pesquisas escolares. O ensino à distância, como as tele-salas, garante que a educação e a informação cheguem até os locais mais distantes. O livro didático transformou-se no que Marcovitch

(2000:342) chama de “poderosa força difusora do saber”, sendo uma verdadeira arma contra a ignorância.

Mas, diante de tantos aparatos, instrumentos e inovações, ainda sobra lugar para a figura do professor? É claro que sim. O professor desempenha um papel fundamental no cenário da educação. O livro a informática são apenas ferramentas que vieram auxiliar o professor na sua tarefa. MARCOVITCH (2000:342) expõe que “*o livro mudou profundamente o papel do educador e a missão da escola. Tornou os professores ainda mais importantes para a estruturação dos projetos de vida dos jovens.*” Não adianta muito colocar um livro nas mãos de cada aluno se não houver alguém que os incentive a abrir na primeira página, a passar de uma página para outra, que esclareça os fatos nele relatados, que romantize os mapas nele expostos. Esse papel cabe ao professor. O mesmo autor (idem, p.343) também coloca que “*até para ensinar os alunos a usar a virtualidade e atualizá-los constantemente sobre os novos meios, a figura do professor é imprescindível*”. Compete ao professor ensinar os alunos a usar adequadamente a Internet, ajudá-los a remover todo o lixo informacional que ali está depositado, a filtrar e selecionar todos os dados obtidos. E, também, a não aceitar como trabalho de pesquisa uma simples cópia de um arquivo ou de um sítio (site) eletrônico.

E nesse mundo da informação há uma palavra-chave, fundamental para o sucesso de qualquer

professor: inovar. A tarefa do professor é cada vez mais difícil, pois os jovens têm uma capacidade muito grande de captar e se adaptar aos progressos tecnológicos. Um professor que não muda o seu estilo de atuar, que dá sempre a mesma aula, simplesmente corre o risco de ser desligado ou “deletado” pelos seus alunos. É como esclarece MARCOVITCH (2000:348):

“Se por acaso o jovem não está sintonizado com o que está sendo apresentado, ele acionará um ‘zap’ mental. Muda de canal, ‘desliga’ o professor que está na frente dele. Continua fisicamente na sala de aula, mas a sua mente circula por uma série de outras referências, adquiridas lá fora”.

Por isso, o professor precisa ter a capacidade e a ousadia de inovar. É preciso estar atento ao mundo à sua volta, estar constantemente se atualizando e, acima de tudo, tornar a sua aula atraente. Ele precisa superar as expectativas dos seus alunos. Isso não quer dizer que apenas aqueles com faculdades ou dons artísticos podem ser professores, e sim que todos os que aí estão precisam estar sempre antenados, atentos e trabalhando em conjunto, interagindo, inovando. Pois, como coloca MARCOVITCH (2000:348), *“ao lado de professores comunicativos e empolgantes podem estar professores tímidos e até gogos, mas possuidores de grande capacidade de reflexão e criação”.*

Este é o professor que a educação requer, se deseja ser uma educação de qualidade. A

presença do professor é imprescindível, mas não de qualquer professor, e sim de um “novo professor”, conforme coloca GADOTTI (2000:301):

“Um novo professor, mediador do conhecimento, sensível e crítico, aprendiz permanente e organizador do trabalho na escola, um orientador, um cooperador, curioso e, sobretudo, um construtor de sentido, um cidadão”.

Conclui o autor que *“ensinar não é transferir conhecimentos, é criar as possibilidades para a sua produção, para a sua construção”* (idem, p.301). É este o perfil do novo professor, exigido pelo mundo da informação. Não há mais lugar hoje, na sala de aula, para aquela antiga relação em que o professor dita e o aluno cumpre. Muito menos, lugar para uma relação inversa. A sala de aula, conforme o pensamento de GADOTTI (2000:302), *“além de ser o espaço do conhecimento, é também o espaço do debate das relações sociais e humanas, o espaço do poder, do trabalho e do cuidado, da gestão e da convivência”.*

Essa é, realmente, uma profunda alteração pela qual o ensino deve passar. Mas essa mudança do ensino requer medidas muito mais amplas e abrangentes para se efetivar. Não basta apenas mudar normas, editar uma nova Lei de Diretrizes e Bases para a educação. É preciso trabalhar as mentalidades de pedagogos, professores, alunos e pais. É preciso mudar o pensamento da escola, como o todo que ela representa. Não haverá mudança alguma

apenas se alterando as normas e leis. Não haverá mudança apenas implantando ciclos de ensino ou regime seriado. Enfim, para concluir, fica registrado o pensamento de MORIN (1999:137): “*a reforma do método é inseparável de uma reforma do pensamento, ela própria inseparável de uma reforma do ensino*”.

O ENSINO DE GEOGRAFIA NO SÉCULO XXI

São muitas as mudanças econômicas e sociais vivenciadas nos últimos anos: globalização, multipolaridade, competição econômica, inovações tecnológicas, nova ordem mundial, revolução tecnológica. Todos esses assuntos são encontrados freqüentemente na mídia e são muitas as leituras feitas sobre tais temas por especialistas ou pela grande massa populacional, pois os mesmos se encontram presentes tanto nas academias como em rodas de conversa informal. Tais assuntos acabam por gerar modificações no modo de vida da sociedade, seja no campo do trabalho ou na área educacional e, certamente, são decorrentes da chamada Terceira Revolução Industrial.

As Três Revoluções Industriais¹

A Primeira Revolução Industrial se iniciou na Inglaterra do século XVIII e prosseguiu até o final do século XIX. Foi marcada pela grande

concentração industrial em termos espaciais, pois ficou inicialmente restrita à Europa e alguns poucos países em outros continentes. O carvão era a principal fonte de energia e as principais indústrias eram as têxteis e de bens de consumo não duráveis. A Segunda Revolução Industrial se iniciou no final do século XIX. Foi marcada pela dispersão da atividade industrial pelo mundo. O petróleo passa a ser a principal fonte de energia e as petroquímicas, siderúrgicas e metalúrgicas as principais indústrias.

Presenciamos hoje a Terceira Revolução Industrial, ou Revolução Técnico-Científica. Ela é notadamente observada nos Estados Unidos, na Alemanha, no Japão e em outros países do chamado “mundo desenvolvido”. Contudo, os chamados “países em desenvolvimento” como o Brasil, o México, a Turquia, a Tailândia, dentre outros, ainda permanecem na Segunda Revolução Industrial e muitos outros países (grande parte das nações africanas e também da América Central e do sul da Ásia) ainda se encontram na Primeira Revolução Industrial. Outras fontes de energia como a biotecnológica já começam a superar o petróleo como principal recurso energético e as principais indústrias são aquelas voltadas para a informática, eletrônica, química, telecomunicações, biotecnologia.

Tais alterações, que têm como ícone maior de vanguarda a globalização, geraram uma nova ordem mundial (ou talvez uma desordem mundial), uma vez que a exclusão passou a

¹ Para um maior aprofundamento sobre o assunto pode-se consultar: VESENTINI, J.W. **A nova ordem mundial**. São Paulo: Ática, 1995, Col. Geografia Hoje.

constituir-se numa das características mais marcantes da própria globalização. Muitas nações não conseguiram se inserir nesse mundo globalizado, sobrevivendo à margem desse processo, no que pode-se chamar de periferia mundial. Contudo, essas alterações não afetam apenas nações ou grandes instituições industriais ou financeiras, mas a vida de cada indivíduo. O mercado de trabalho exige um profissional cada vez mais qualificado, que possua formação universitária e esteja se atualizando sempre, pois um trabalhador que se formou a quatro anos, por exemplo, e que, desde então não tenha tomado parte em cursos de atualização, é considerado um profissional desqualificado. O profissional ideal é aquele que tenha a capacidade de pensar por si mesmo, de inovar e de se adaptar a novos serviços e equipamentos. O profissional que não preencha esse requisito fica ultrapassado. Hoje já não há mais lugar para aquele que domina apenas a datilografia, mas para o digitador, pois a máquina de escrever cedeu espaço para o computador. Segundo LACOSTE (1997: 190) há dois tipos de pessoas: *“há aqueles que sabem conceber a sua ação sobre vários espaços e que têm os meios, e há os ‘azarados’, que, no sentido próprio, não sabem mais onde eles estão”* e, no mundo de hoje, só há espaço para aqueles que se enquadram no primeiro tipo. Enfim, trata-se de uma nova concepção de trabalho.

O Ensino de Geografia na Terceira Revolução Industrial

O sistema educacional acompanha essas mudanças. Enquanto a Primeira Revolução Industrial exigia apenas a alfabetização básica, a Segunda Revolução Industrial exigia cursos técnicos e profissionalizantes (o antigo segundo grau). A Terceira Revolução Industrial exige o ensino de nível universitário. A escola já não é apenas o local de reprodução e disseminação do saber, o conhecimento já não pode ser simplesmente transmitido. O fundamental agora é “aprender a aprender”, é formar indivíduos com capacidade de raciocinar logicamente, de pensar, de tomar decisões, que sejam criativos, que possuam senso crítico. A educação tornou-se primordial para a obtenção do sucesso, pessoal ou profissional, garantindo à escola a renovação de sua importância social.

Com isso, as ciências humanas ganham novos contornos no sistema educacional. O ensino da Geografia, da História, da Sociologia, da Filosofia tornam-se indispensáveis para a formação desse novo indivíduo. São essas disciplinas que vão propiciar a formação do senso crítico, da capacidade de compreensão do mundo e que vão auxiliar na formação de pessoas capazes de raciocinar, pensar e decidir logicamente. O interesse pelo ensino da Geografia é renovado pelas mudanças econômicas e sociais mundiais, uma vez que é a Geografia que possibilita o entendimento de processos como a globalização, a internacionalização da economia, dos conflitos e tensões oriundos dessa nova ordem mundial,

da formação dos grandes blocos econômicos (como a União Européia, ALCA, Nafta, dentre outros). Antigamente, na época da Primeira Revolução Industrial e da Segunda, não era realmente necessário que uma pessoa conhecesse algo sobre outros países e regiões do mundo ou, então, falar um outro idioma. Mas hoje, com o advento da globalização e dos meios de comunicação, a situação ficou diferente, pois vêm-se todos envolvidos ativamente nesse novo contexto mundial. Através do fax ou da Internet pode-se comunicar, instantaneamente, com pessoas de diversas partes do mundo. A atividade turística “reduziu” as dimensões globais, possibilitando às pessoas conhecer outros países e suas culturas. Assim, atualmente, é muito importante conhecer a Geografia bem como entender o mundo em que se vive. Afinal, como afirma LACOSTE (1997:139), “*a Geografia é uma representação do mundo*”.

Não existe mais no mundo um país ou região que vivam isolados dos demais. De uma forma ou de outra, em um grau de intensidade maior ou menor, todas as nações dependem umas das outras. São os reflexos da mundialização, da globalização. É imprescindível pois conhecer e, acima de tudo, compreender o mundo, com seu processo e suas dinâmicas de mudanças. Não basta apenas decorar nomes, localizações e informações, é necessário saber contextualizá-las, ter uma idéia clara, alcançar a sua significação no mundo atual. E isso nada

mais é do que o objetivo do ensino da Geografia.

A Geografia faz-se presente na vida de todos, seja na de professores, de alunos, de pesquisadores ou na do cidadão comum, que lê jornais e revistas, que vai ao cinema ou que chega do trabalho e senta-se diante da televisão, fazendo deste o seu lazer noturno. Pois, como explicita LACOSTE (1997:34):

“A Geografia também se tornou espetáculo: a representação das paisagens é hoje uma inesgotável fonte de inspiração e não somente para os pintores e sim para um grande número de pessoas. Ela invade os filmes, as revistas, os cartazes, quer se trate de procuras estéticas ou de publicidade”.

Isso posto, questiona-se: como deve ser o ensino da Geografia no século XXI? Certamente, o ensino da Geografia deve abolir completamente o modelo tradicional, que consistia na transmissão de conhecimentos prontos e acabados, seguindo receitas que ditavam a memorização dos picos mais elevados, dos rios mais extensos, das cidades mais populosas, das capitais dos países ou que se fundamentavam na tríade relevo, clima, vegetação. Ao invés disso, deve ser um instrumento instigante, estimulante, provocante, questionador, que leve o aluno a perceber, compreender e a descobrir o mundo em que vive, que leve o aluno a analisar, entender e interpretar mapas, gráficos, paisagens, fotos, textos. Que trate de assuntos como globalização, meio ambiente e questões

ecológicas, as relações homem/natureza, os estudos do meio em escala local e nacional (sempre relacionados ao cotidiano do aluno), diferenças culturais, questões políticas, econômicas e sociais.

O professor não deve oferecer modelos prontos. Deve ser ousado, inovador, criativo. Deve ensinar aprendendo e aprender ensinando. Deve fazer do livro didático, do computador, da Internet e da mídia instrumentos que o auxiliem a despertar no aluno o gosto pela Geografia. O professor deve perceber e, depois, levar o aluno a perceber que a Geografia é, nos dias de hoje, um saber indispensável. É ela que nos oferece as condições de entender o mundo e de atuar sobre ele, pois, como escreve LACOSTE (1997:190):

“Enquanto antigamente cada homem, vivendo em auto-subsistência, podia conscientizar outro (e se fazer conscientizar) da maioria de suas práticas, referindo-se a um pequeníssimo número de conjuntos espaciais (para o essencial, o território de sua comunidade), hoje é preciso, para viver em sociedade, utilizar um grande número de conjuntos espaciais, mais ou menos bem construídos”.

Enfim, o ensino de Geografia no século XXI deve levar o aluno a compreender que *“sua razão coletiva de ser na sociedade é de saber pensar o espaço para que ali se possa agir mais eficazmente”* (LACOSTE, 1997:229). E, assim despertar sua consciência crítica,

induzindo-o a analisar, questionar, ponderar sobre todos os acontecimentos, sejam eles em escala local, nacional ou mundial e, acima de tudo, a interagir com eles, pois *“o universo que conhecemos não é o universo sem nós, é o universo conosco”* (MORIN, 1999:142). Agindo deste modo, a Geografia estará exercendo com maestria o seu papel, auxiliando a fazer de cada indivíduo um verdadeiro cidadão do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

E agora, no momento em que estão se apagando as derradeiras luzes do século XX e começando a brilhar de forma intensa as luzes do século XXI, a humanidade vivencia profundas transformações que sinalizam um futuro repleto de perspectivas que se mostram um tanto quanto nebulosas, com períodos que serão de profundas tormentas e muitas dificuldades.

Os efeitos dessas transformações não se limitam a afetar “apenas” todas as nações do mundo, mas acabam por se refletir na vida de cada indivíduo. Afinal, no mundo atual, não somos apenas cidadãos de uma determinada nação, somos cidadãos do mundo, somos parte integrante dessa grande “aldeia global”. E, por isso, cada um de nós deve estar preparado para enfrentar e sobreviver a todas essas transformações.

Mas, a quem compete preparar esses indivíduos? Tal tarefa será realizada, em

grande parte, pela ação educativa. Cabe à escola e, principalmente, às Ciências Humanas, dotar os indivíduos de capacidades e habilidades que os possibilitam analisar, compreender e perceber tais transformações, bem como, através de um raciocínio crítico, buscar soluções para as mesmas.

A Geografia tem um papel de destaque nessa árdua missão, pois ao ter como objeto de estudo o mundo, com suas configurações sócio-espaciais, relações políticas, interfaces e nuances culturais, tem muito a contribuir na formação de um cidadão consciente de seu papel na sociedade.

Ao professor compete propor trilhas para que seu aluno (futuro cidadão do mundo) decida como percorrê-las.

Mas, para que a educação consiga superar esse desafio, muitas alterações são necessárias em sua concepção e em suas práticas pedagógicas. O pacote lançado pelo Governo Federal, com o objetivo de otimizar a qualidade do ensino no país, foi apenas o passo inicial. Se essas alterações produzirão o efeito almejado, somente o tempo irá responder. Contudo, professores e escolas como um todo não devem apenas ficar aguardando que tais decisões sejam alavancadas de “cima para baixo”. Cada um tem um papel a cumprir e o sucesso da prática educativa depende do fato de que cada um de seus atores cumpriu o seu papel da melhor maneira possível.

Neste momento, em que presenciamos uma fase de transição do método tradicional para o novo método que está sendo implantado através da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) e de todas essas mudanças que estão sendo adotadas, devemos estar atentos para a nossa atuação enquanto docentes, devemos estar sempre desconfiando de nosso trabalho, devemos ter sempre em nossas mentes aqueles quatro verbos: interagir, inovar, questionar, refletir. Agindo assim estaremos, certamente, desempenhando bem a nossa função, promovendo encontros e reencontros, construindo laços entre o passado e o futuro, auxiliando a construir um novo sistema educacional e ajudando a formar cidadãos cada vez mais conscientes e comprometidos com o seu papel perante a sociedade e perante o mundo.

Nota.: Texto apresentado como Trabalho Final da disciplina Geografia - Epistemologia e Ensino, do curso de Mestrado do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, ministrado pela Profa. Dra. Vânia Rubia Farias Vlach.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Belarmino César Guimarães da. Comunicação Mediática no Processo de Mundialização da Cultura. In: PUCCI Bruno; ZUIN, Antônio Álvaro Soares (Org.). **A Educação Danificada**: contribuições à teoria crítica da educação. Petrópolis: Vozes, 2000.

DOWBOR, Ladislau. **A Reprodução Social**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FABIANO, Luiz Hermenegildo. Indústria Cultural e Educação Estética: Reeducar os Sentidos e o Gesto Histórico. In: PUCI Bruno; ZUIN, Antônio Álvaro Soares (Org.). **A Educação Danificada**: contribuições à teoria crítica da educação. Petrópolis: Vozes, 2000. p.159-180.

GADOTTI, Moacir. Educação Para e Pela Cidadania. In: RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil no Limiar do Século XXI**: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p.289-308.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1997. 4 ed.

MARCOVITCH, Jacques. O Futuro da Universidade. In: In: RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil no Limiar do Século XXI**: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 341-351.

MOARES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1998. 16 ed.

MORIN, Edgar. **A Inteligência da Complexidade**. Edgar Morin & Jean-Louis Le Moigne: tradução Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000.

RATTNER, Henrique. Política de Ciência e Tecnologia no Limiar do Século. In: RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil no Limiar do Século XXI**: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 353-361.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Geografia: pontos e contrapontos para uma análise. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Reformas no Mundo da Educação**: parâmetros curriculares e geografia. São Paulo: Contexto, 1999. p. 19-35.

VESENTINI, José William. **O Ensino da Geografia no Século XXI**. Texto apresentado na Palestra o Ensino de Geografia no Século XXI, 1996, Formiga.

WEBER, Wagner Luís. O Mosquito na Vidraça: A Formação dos Cidadãos à Luz da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. In: PUCI Bruno; ZUIN, Antônio Álvaro Soares (Org.). **A Educação Danificada**: contribuições à teoria crítica da educação. Petrópolis: Vozes, 2000. p.139-158.